

A MARINHA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL*

"FIGHT FOR THE FOREST
... BURN A BRAZILIAN"
(de um cartão-postal europeu)**

RUI DA FONSECA ELIA
Vice-Almirante

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
UM POUCO DE HISTÓRIA
ASPECTOS GEOSTRATÉGICOS
VULNERABILIDADES
MISSÃO NO CNAO
OS MEIOS
CONCLUSÃO

INTRODUÇÃO

O monumental esforço empreendido pela tenacidade dos nossos antepassados para conquistar a Amazônia brasileira deveria ser por nós permanentemente lembrado na mesma medida da grandiosidade do resultado alcançado, qual seja: a incorporação ao patri-

mônio da Nação de nada mais nada menos que dois terços do seu território.

Infelizmente, a Amazônia, que tanto embasbaca, aguça a cobiça e alimenta o modismo das novas teses internacionais de soberania limitada e direito (e até dever!) de intervenção, não tem merecido a mesma preocupação por parte dos próprios brasileiros,

* N.R.: Trabalho elaborado em junho de 2000 após o autor ter comandado o Comando Naval da Amazônia Ocidental (CNAO) por dois anos.

** N.A.: "Lute pela floresta... queime um brasileiro" – Frase apresentada pelo General de Exército Luiz Gonzaga Schoeder Lessa em palestra proferida em 1999 no Comando Militar da Amazônia (CMA).

mais das vezes, embalados pela cantilena enganadora dos detentores do poder mundial, travestida de proteção ambiental e de inusitada conversão à causa do gentio.

Desde o alvorecer da Pátria, a Marinha e o Exército brasileiros, e, mais recentemente, desde os primórdios de sua criação, a Força Área Brasileira, têm sido os grandes representantes da presença do Estado na imensidão do espaço vazio amazônico. Na verdade, são os verdadeiros garantidores da manutenção da nossa soberania e do espírito de brasilidade na região.

Dentro da Região Amazônica, uma enorme sub-região – a Amazônia Ocidental – desponta em razão de suas próprias peculiaridades, basicamente caracterizadas pelo isolamento dentro do próprio País (sua capital e municípios somente são alcançáveis pelos meios flutuantes e aéreos) e por seus baixos índices demográfico e de desenvolvimento socioeconômico.

Este pequeno trabalho pretende focalizar alguns aspectos particulares da Amazônia Ocidental e realçar a presença de nossa Marinha na área, com ênfase na eficaz e silenciosa tarefa de “Ação de Presença”, onde a vastidão da bacia hidrográfica tem o papel de meio imprescindível, não só à presença do Estado mas, muito além disso, à própria sobrevivência humana na região.

Sublinhamos que as idéias aqui expostas foram basicamente calcadas nas experiências do autor em duas épocas distintas, a primeira

na qualidade de tenente nos navios da Flot-AM, nos idos de 1970/71 e, mais recentemente, no período de março de 1998 a dezembro de 1999, no cargo de Comandante Naval da Amazônia Ocidental. Por certo, essas experiências foram enriquecidas pelas fascinantes leituras dos trabalhos postos na Bibliografia.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A História nos conta que ainda antes do descobrimento do Brasil por Cabral, um renomado navegador espanhol – Vicente Pinzon, em fevereiro de 1500, teria chegado à foz do Amazonas; maravilhado com a grandeza do rio que se descortinava, o batizara de *Mar Dulce*. Quatro décadas depois (1542), um outro espanhol – Francisco Orellana, também chegaria à boca do majestoso rio continental após descê-lo completamente a partir de suas nascentes nos Andes. Apesar desses

relevantes feitos, a posse da Região Amazônica, incomparável no mundo, dois terços do solo pátrio, seria obra dos bravos formadores da nacionalidade.

Primeiro, a epopéia fluvial de Pedro Teixeira (1637-1639), que realizando singradura no sentido oposto daquela que cem anos antes fizera Orellana, sobe rio acima, atravessa as águas do Marañon e do Napo e galga, em notável proeza, às alturas andinas, atingindo Quito. Poucos anos depois, outro arrojado desbravador – o bandeirante Raposo Tavares

Pedro Teixeira sobe rio acima, atravessa as águas do Marañon e do Napo e galga, em notável proeza, às alturas andinas, atingindo Quito.

*

O bandeirante Raposo Tavares parte de São Paulo e, seguindo os rumos do Tietê, do Paraná e do Paraguai, sobe os altiplanos bolivianos, desce os rios Mamoré e Madeira, sai na calha principal do Amazonas e vai até Belém, de onde partirá Pedro Teixeira

- parte de São Paulo e, seguindo os rumos do Tietê, do Paraná e do Paraguai, sobe os altiplanos bolivianos, desce os rios Mamoré e Madeira, sai na calha principal do Amazonas e vai até Belém, de onde partira Pedro Teixeira.

Vê-se, assim, em rumos gerais opostos, completada a grande manobra geopolítica e estratégica da conquista da região.

Em justa homenagem, a Marinha batizou seus dois maiores Navios-Patrolha Fluviais com os nomes daqueles dois gigantes da conquista: *Pedro Teixeira* e *Raposo Tavares*.

Tem razão Capistrano de Abreu quando afirma que "a Amazônia foi uma descoberta espanhola e uma conquista portuguesa; ao contrário, o Prata foi uma descoberta portuguesa e uma conquista espanhola"⁽¹⁾.

A História não é produto do acaso. É feita pela vontade dos homens, também fortemente influenciada pelos condicionantes geográficos. Com efeito, na conquista de dois terços da superfície do solo brasileiro e nos patrióticos feitos do cone sul, duas grandes realidades geográficas viabilizaram a saga dos nossos heróis: as Bacias do Amazonas e do Paraná-Paraguai.

Nunca é demais relembrar que a memorável epopéia do Riachuelo (1865) foi insculpida em ambiente fluvial. Antes mesmo do encerramento da Guerra do Paraguai, a navegação do Amazonas seria aberta aos estrangeiros (1867); por certo, a criação da Flotilha do Amazonas, em 1868, foi disso uma consequência. Os acontecimentos que então se desenrolavam no Prata aguçavam a percepção político-estratégica dos líderes do Segundo Reinado. Vale apontar uma curiosa

coincidência histórica: o comandante da Esquadra Brasileira na Batalha do Riachuelo, o insigne Almirante Barroso, tinha por capitânia a Fragata *Amazonas*, e ele mesmo seria feito depois o Barão do Amazonas. O Amazonas e o Prata são cenários vivos da História pátria e, como todas as áreas que abrigam fronteiras nacionais, são também zonas de tensão e teatro de feitos heróicos.

Hoje, assim como foram no passado, as centenárias Flotilhas do Amazonas e de Mato Grosso são marcas indelévels da presença da Marinha na saga da conquista e da integração de território.

ASPECTOS GEOESTRATÉGICOS

A Amazônia Ocidental abrange uma área geográfica que ultrapassa 2.100.000 km², compreendendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, perfazendo cerca de um quarto do território brasileiro. A área abriga mais de 10.000 km de vias navegáveis, imprescindíveis para a própria sobre-

vivência da vida humana na região, seu desenvolvimento socioeconômico, mobilidade e comunicações.

Os Rios Solimões e Amazonas – na verdade um só majestoso Rio Amazonas que desce de Tabatinga à foz num percurso de 3.700 km (metade da extensão litorânea do Brasil!) – é o grande eixo estratégico da Região. Independentemente do regime sazonal das chuvas, o Grande Rio permite, durante todo o ano, a chegada de navios com calado de até 4,5 metros a Tabatinga, na fronteira com a Colômbia e o Peru, e de até 10 metros a Manaus. É esse grande eixo fluvial que unifica as duas

No âmbito internacional de hoje, a apropriação ideológica da Amazônia já é uma realidade

⁽¹⁾ N.A.: Citação do General Meira Matos em sua brilhante obra *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*; José Olímpio (1980).

mega-sub-regiões amazônicas, a Ocidental, centrada em Manaus, com a Oriental, sediada em Belém. As duas capitais distam entre si cerca de 1500 km!

Apenas para recordar a magnitude continental da Amazônia Ocidental, citamos as dimensões aproximadas dos quatro maiores afluentes do Amazonas na sub-região: Negro, 2.400 km; Juruá, 2.100 km; Purus, 2.080 km; e Madeira, 1.600 km.

Dentro do território nacional, o Solimões-Amazonas e seus afluentes realizam sua função de via de penetração interiorana e de integração das áreas e comunidades ribeirinhas. No plano internacional, delimitam espaços nacionais e aproximam os povos vizinhos da fronteira norte-ocidental: Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela.

É descendo o Solimões-Amazonas que os navegadores da Colômbia e do Peru encontram saída para o Atlântico. Navios de guerra desses países atravessam frequentemente nossas águas jurisdicionais para alcançar pontos de seus próprios territórios.

O Rio Javari desenha a fronteira entre o Brasil e o Peru; é patrulhado por navios peruanos que com constância precisam atravessar águas brasileiras para atingir pontos de seu país. O Solimões (denominação do Amazonas a montante da confluência com o Negro), o Japurá (Caquetá, na Colômbia) e o Içá (Putumayo, na Colômbia) penetram na Colômbia, cujos navios precisam singrar nossas águas, também, para chegar a localidades de seu espaço nacional.

No que tange à Bolívia, é o Madeira a grande via de penetração, continuada pelos Rios Beni e Mamoré. Para nossa tristeza e dos bons amigos bolivianos, o Madeira não é

navegável de Porto Velho a Guajará-Mirim. A montante dessa cidade, que se defronta com a boliviana Guayaramirim, pelo Rio Guaporé, navega-se até Mato Grosso. Cruzando as águas do Madre de Dios, alcança-se Puerto Maldonado, no Peru. Em direção à linha de fronteira mais ao norte, é o gigante da margem esquerda, o Negro, que viabiliza a penetração no extremo norte-ocidental, com a Colômbia e a Venezuela (Cucuí), através das águas dos afluentes Içana e Uapés.

Em relação ao Equador – que não faz conosco limite terrestre – sempre que o regime fortemente irregular das águas do Rio Napo permite, os NaPaFlu de menor calado (*Amapá, Rondônia e Roraima*) da FlotAM logram atingir a cidade de Nuevo Rocafuerte.

Sob o prisma da importância estratégica da massa líquida amazônica, vale dizer, no que se refere ao meio por excelência das Marinhas, a relevância do complexo hidrográfico da Amazônia Ocidental é completa.

Define limites, integra o território nacional, congrega as fronteiras e viabiliza a própria vida e o seu desenvolvimento em toda a região.

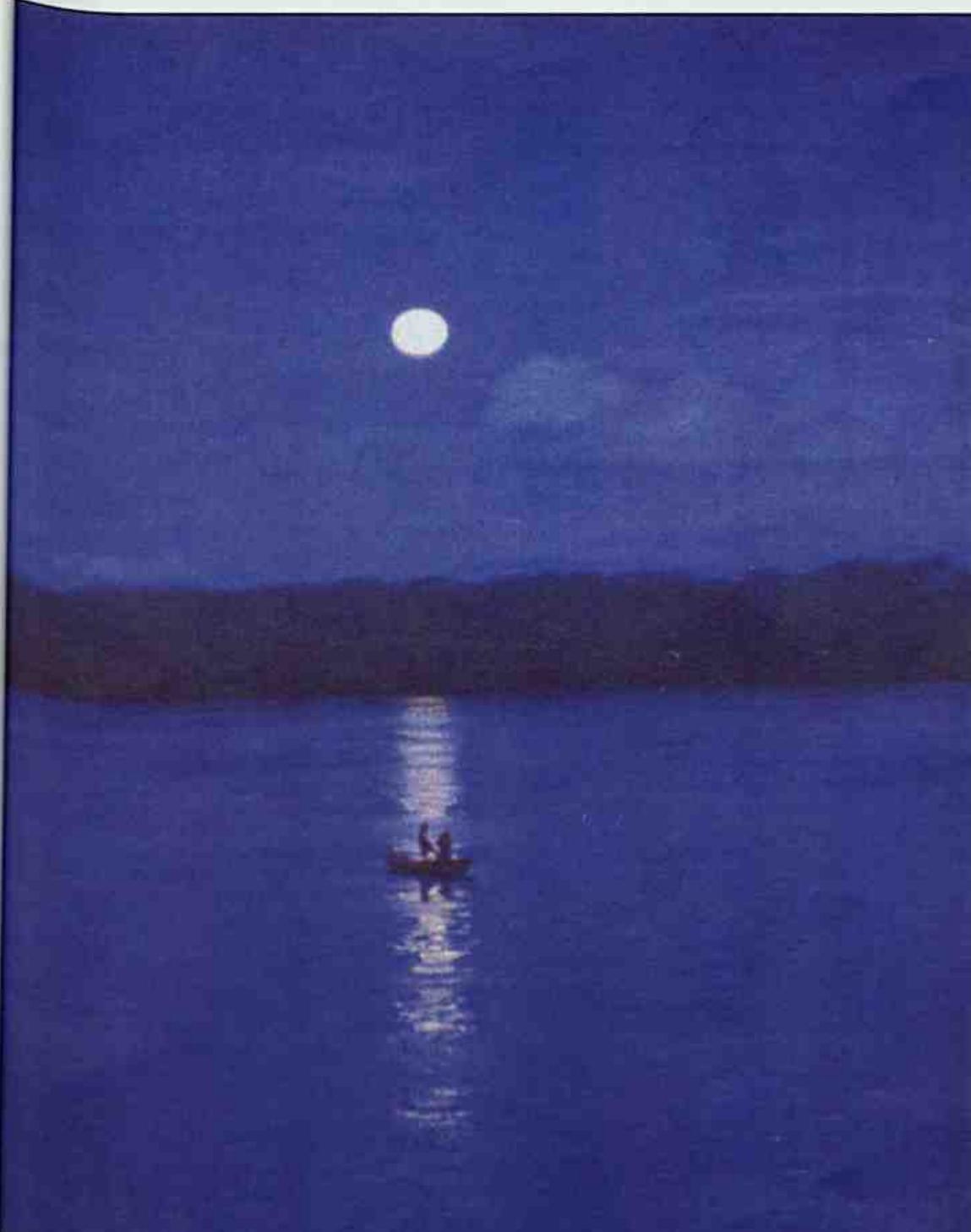
Com muita razão, o ilustre brasileiro e amazônida Leandro Tocantins denominou sua obra de estréia sobre a nossa exuberante Amazônia de *O rio comanda a vida*. De fato, na Amazônia, máxime na Amazônia Ocidental, tudo, absolutamente tudo, depende do rio. Eis o seu valor geoestratégico.

VULNERABILIDADES

As riquezas da região são mundial e sobejamente conhecidas e decantadas aos quatro

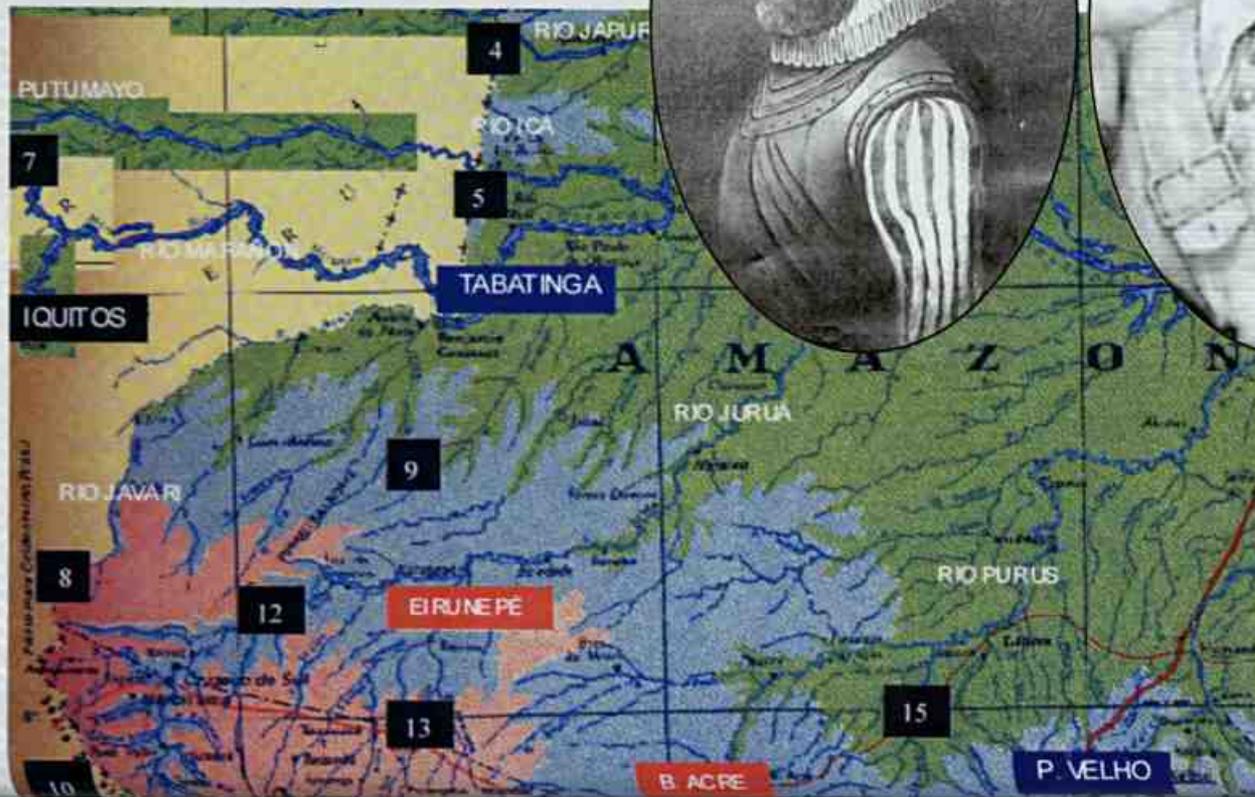
A relevância do complexo hidrográfico da Amazônia Ocidental é completa. Define limites, integra o território nacional, congrega as fronteiras e viabiliza a própria vida e o seu desenvolvimento em toda a região

A
n
s,
s
o
e
n
o
a
s



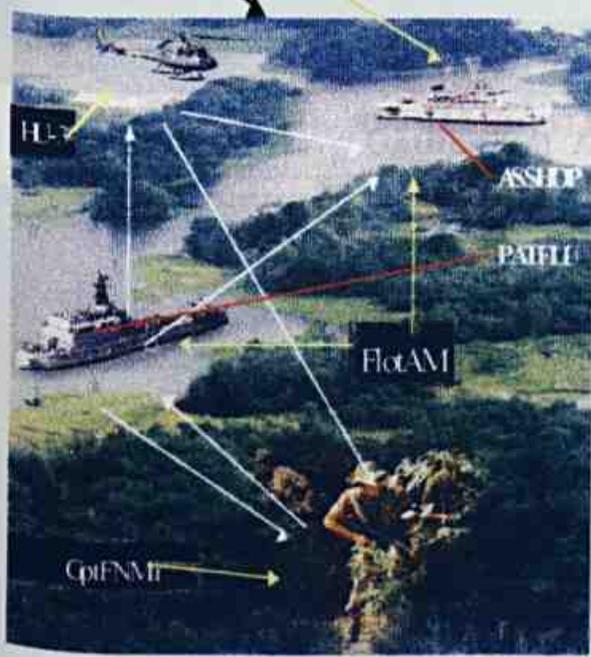
“Na Amazônia, o rio comanda a vida”

ÁREA DO
COMANDO NAVAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL



Aos
conquistadores
da Amazônia,
**PEDRO
TEIXEIRA**
e
**RAPOSO
TAVARES**
o agradecimento
do Brasil 500

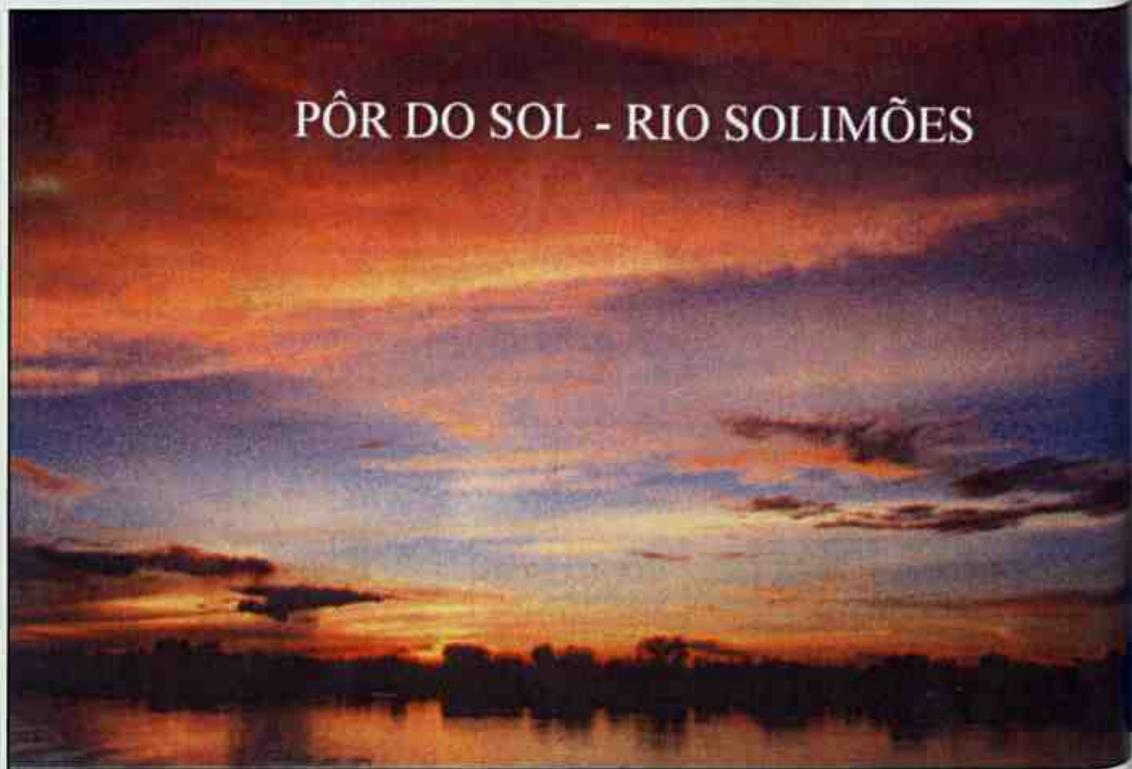
MISSÃO DO CNAO



CFAOC

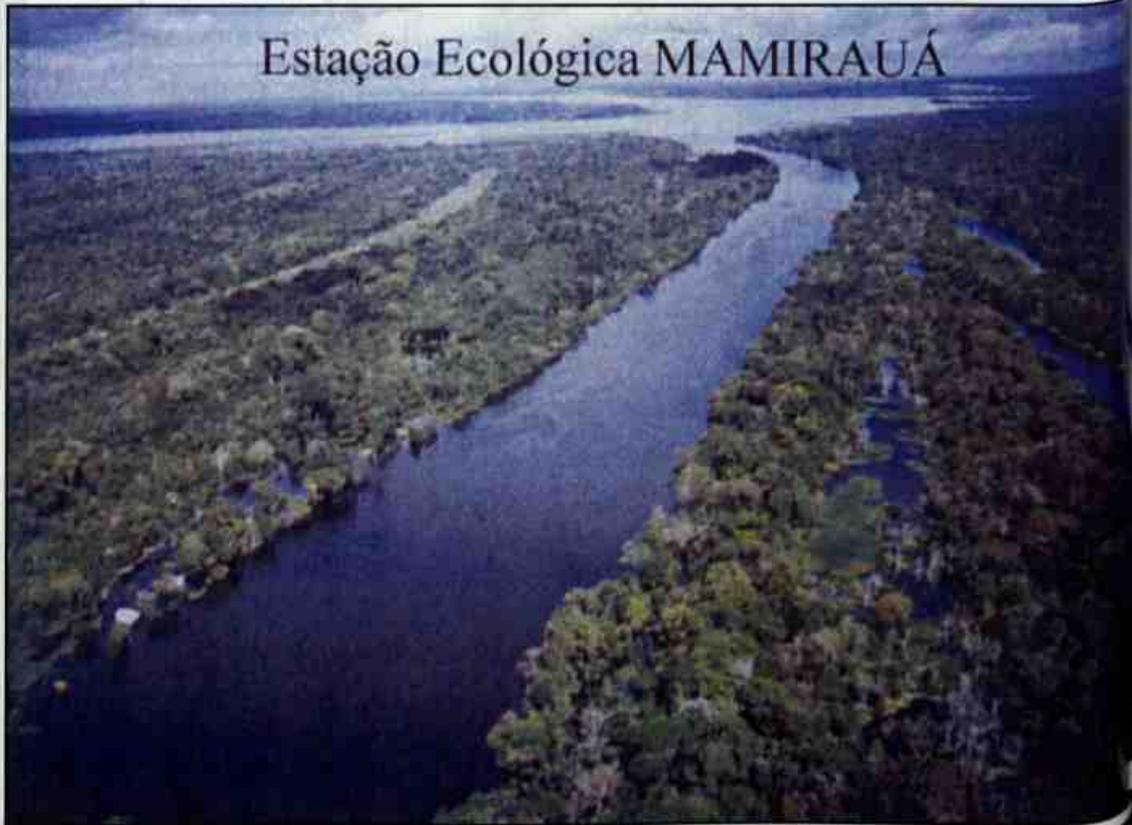
- DEL. CP. TABAINGA
- DEL. CP. RIO VEIHO
- AG. CP. TIBÉ
- AG. CP. FIRUNEPÉ
- AG. CP. BOCA DO ACRE
- AG. CP. GUIARÁ-MIRIM
- AG. CP. ITACONILARA
- AG. CP. PARININS

PÔR DO SOL - RIO SOLIMÕES



A IMENSIDÃO

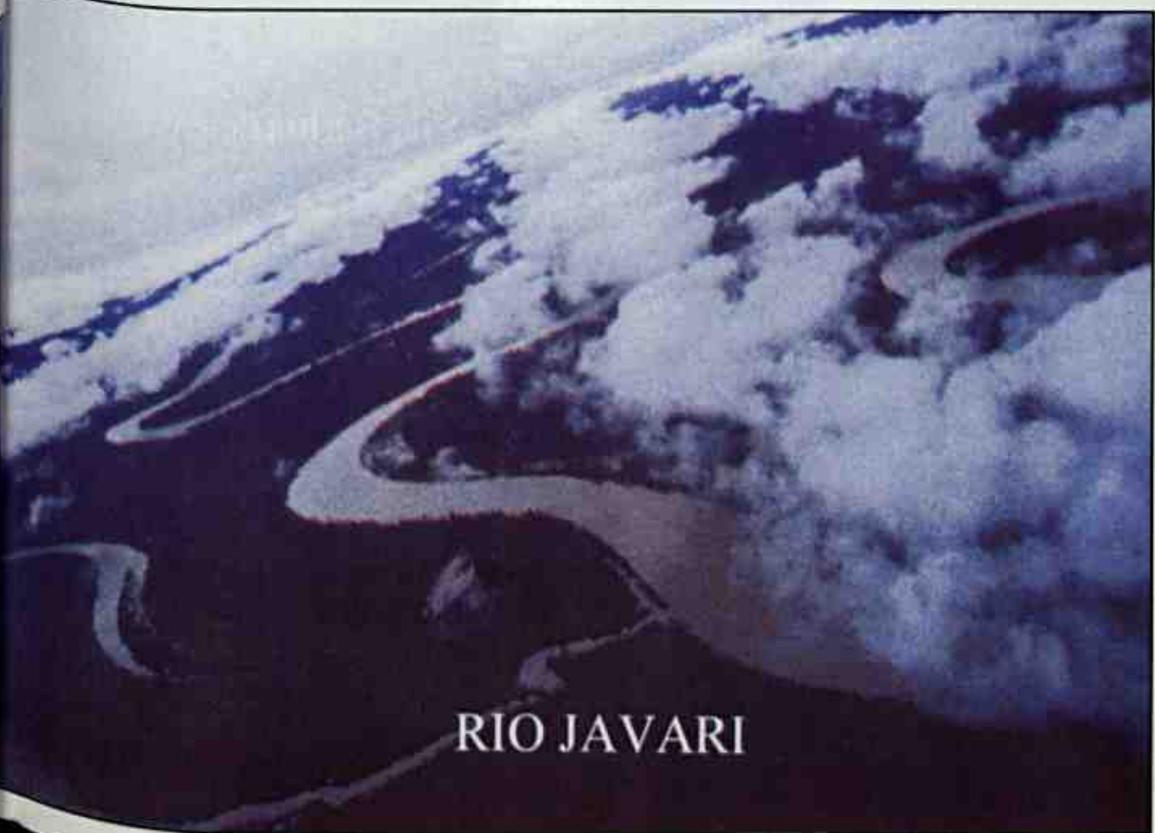
Estação Ecológica MAMIRAUÁ





NPaFlu "PEDRO TEIXEIRA" recebendo Aeronave Esquilo
do fundo NPaFlu "AMEAPÁ" e NPaFlu "ROBALTA" fundeados junto à
fazenda fazo MANTRAL A.

DA AMAZÔNIA



RIO JAVARI

O C.N.A.O. EM TERRA

TABATINGA



CAIS DA ESTAÇÃO NAVAL DO RIO NEGRO - MANAUS



Vila Buriti (Praças)

VILA BURITI (Praças) - MANAUS



Vista aérea do CNAO e GptFN Manaus

CNAO E O GRUPAMENTO DE EN DE MANAUS

**OS MEIOS
FLUTANTES DO
COMANDO DA
AMAZÔNIA OCIDENTAL**

① NaPaFlu *Raposo Tavares*

② NaPaFlu *Roraima*

③ Lanchas da Capitania dos
Portos

④ NAsH *Dr. Montenegro*

⑤ NAsH *Oswaldo Cruz*

⑥ LAR (Lanchas de Assalto
Rápidas)

(Fotos SDM e do CNAO)





A PRESENÇA DO CNAO NAS REPÚBLICAS LÍMITROFES



① e ② – **LETÍCIA**
 Data nacional da
 Colômbia (20/7/1998)
 Izada de Pabellones e
 aposição de flores para
 Santander

③ e ④ – **IQUITOS**
 Data nacional do
 Perú (28/7/1998)
 O autor presta
 continência ao Peru

(Fotos CNAO)



ventos. Minérios, madeiras, biodiversidade, reserva hidrológica, insumos medicinais, pulmão do mundo, e por aí afora. No campo mineral, sem dúvida o permanente e grande alvo das grandes potências do mundo (sobre o que não nos deixa mentir a história) podemos encontrar, no subsolo da Amazônia brasileira: petróleo, ouro, ferro, manganês, cobre, nióbio, gás natural, alumínio, diamante, cromo, linhito, entre tantas outras preciosidades*.

Para se ter apenas uma ligeira tintura do valor da riqueza da Amazônia Ocidental no campo mineral, podemos citar a Província Petrolífera do Rio Urucu, localizada no Município de Coari (Rio Solimões), no Estado do Amazonas, levada à frente pelo patriotismo dos funcionários da Petrobrás e que hoje, do interior da selva, opera uma unidade industrial que "proces-

sa por dia 60 mil barris de óleo, 6 milhões de metros cúbicos de gás natural e mais de mil toneladas de GLP (gás de cozinha)" (2). Um outro bom exemplo é a existência comprovada da maior reserva de nióbio do mundo, nas elevações próximas à cidade de São Gabriel da Cachoeira, no alto Rio Negro.

Por outro lado, em desvantajoso contraste, a gigantesca área apresenta-se com muito baixa densidade demográfica, com 4.300.000 habitantes, apenas 1,9 hab/km², sendo quase 1.200.000 concentrados em Manaus (IBGE – censo 1996).

A Petrobrás hoje, do interior da selva, opera uma unidade industrial que processa por dia 60 mil barris de óleo, 6 milhões de metros cúbicos de gás natural e mais de mil toneladas de GLP (gás de cozinha)

Apesar da cristalina evidência de tão incalculável riqueza e do seu valor geoestratégico, que se acentua nas áreas de fronteira, a Amazônia Ocidental continua sendo a menos conhecida e a mais vulnerável região do Brasil. Difere mesmo da Amazônia Oriental, que é mais populosa, desenvolvida e articulada – quer pelo caminho natural do oceano, quer por rodovias, com o Nordeste e com os grandes centros industriais do Sudeste. A banda ocidental da Amazônia, ao contrário, só é alcançada pelos rios ou por via

aérea. Articula-se, geograficamente, mais com os países da fronteira, e com o próprio Caribe, do que com o resto do país. Esta é, sem sombra de dúvida, uma grande vulnerabilidade estratégica de nossa Amazônia Ocidental(3).

Entre tantas outras vulnerabilidades – cuja análise foge ao

propósito deste trabalho, citamos a sufocante presença de centenas de ONGs na região, por certo não tanto interessadas na afirmação da brasilidade e da nossa soberania na região quanto o são na preservação de seus recursos naturais (sic). Estamos plenamente convencidos de que a maciça presença das ONGs na Amazônia servem, de fato, aos interesses nacionais dos países do chamado Primeiro Mundo. A presença na área do navio *Amazon Guardian*, pérola do *Greenpeace*, é apenas um sinal do que é capaz a ousadia da intromissão alienígena no País. A respeito da atuação

* N.R.: Ver também *Amazônia Brasileira* na RMB 1^a Trim./2000 – p. 89 a 107.

(1) N.A.: Reportagem *O sonho amazônico* de Gustavo Barbosa (texto) e Edimilson Bezerra (fotos) in: *Revista Petrobrás* – Abril/2000, nº 69.

(2) N.A.: Vulnerabilidade estratégica, expressão cunhada pelo ilustre Vice-Almirante (Ref) Armando Amorim Ferreira Vidigal: "A posse de um bem de grande valor, sem os meios necessários para garanti-la, é, sem dúvida, uma "vulnerabilidade". Veja-se *Uma Estratégia Naval para o Século XXI*, in: *Revista Marítima Brasileira*, V. 117 – nº 7/9 – Jul/Set 1997.

das ONGs na Amazônia, vale reproduzir as palavras de alerta da professora Lydia M. Garner, em consistente trabalho sobre a evolução da jurisprudência do conceito de soberania nacional:

“No momento, as ONGs internacionais têm contato contínuo com as organizações locais e acionam com brevidade qualquer oposição a projetos que não merecem aprovação, e tem o poder de descarrilhar qualquer plano de financiamento nos MDBs. O entrelaçamento entre estas organizações, as organizações locais, os especialistas estrangeiros na Amazônia, os trabalhos nas Nações Unidas e as regras internacionais já chegou a tal ponto que é quase impossível desfazer a impressão, intelectual e na prática, que o Brasil já não mais tem soberania perfeita sobre a Amazônia.”⁽⁴⁾

Vemos pois que, no âmbito internacional de hoje, a apropriação ideológica da Amazônia já é uma realidade.

Corroborando a nossa tese que sob a capa da simpática (e inatacável...) idéia de defensores do ambiente e dos índios, as ONGs na verdade encobrem designios inconfessáveis. A revista *Veja*, em reportagem na edição de 14 de junho de 2000, traz à luz *As Alianças do Greenpeace no Brasil*, que passamos a reproduzir na íntegra:

– “Na semana passada, os ambientalistas fizeram uma parceria com a madeireira Mil, localizada na Amazônia.”

– “No início do ano, o Greenpeace anunciou o investimento de 250.000 dólares na compra de ações da multinacional Shell, um de seus maiores adversários.”

– “No ano passado, o grupo fez um acordo com uma geradora de energia alemã para criar a Greenpeace-Energy, empresa que vai repassar energia obtida sem prejuízos ambientais para consumidores interessados.”

– “Em 1992, a ONG já havia comprado ações da indústria química francesa Rhône-Poulenc, em Cubatão. O objetivo dos ecologistas era impedir que os franceses despejassem lixo industrial indiscriminadamente.”⁽⁵⁾

As conclusões ficam por conta da imaginação dos leitores.

No que tange especificamente à Marinha, a quase inexistência de apoio logístico fora de Manaus, que se torna ainda mais grave nas direções ocidentais, constituiu-se num problema crucial. Considerando-se que de Manaus a

A maior reserva comprovada de nióbio do mundo encontra-se nas elevações próximas à cidade de São Gabriel da Cachoeira, no alto Rio Negro

Tabatinga temos mil milhas náuticas a vencer, é fácil inferir a necessidade de se pensar no desenvolvimento de pontos de apoio logístico naquela direção. A cidade de Tefé – onde já temos uma Agência da Capitania Fluvial, pela sua posição central na Amazônia Ocidental, e a cidade de Tabatinga, na “Esquina da Três Fronteiras” (Brasil-Peru-Colômbia), devem por certo ser consideradas no nosso planejamento de desenvolvimento de bases, ao longo da calha ocidental e na direção oeste.

⁽⁴⁾ N.A.: GARNER, Lydia M. – *A Amazônia e a Evolução da Jurisprudência de Soberania Nacional: Da Lei das Gentes e das Nações à Lei Internacional*. Southwest Texas State University – III National Meeting on Strategies Studies – 1996.

⁽⁵⁾ N.A.: Reportagem assinada por Daniella Camargos sob o título *Assim, tudo bem*, in: Revista *Veja*, 14 de junho de 2000, pág. 66.

Tudo isso somado à presença constante da guerrilha colombiana – que já controla mais de 30% do território de seu país nas proximidades de nossa fronteira norte-ocidental, e sua inegável conexão com o narcotráfico (narcoguerrilha), acentua a vulnerabilidade estratégica da região.

Enfim, riqueza natural e valor geoestratégico, postos em confronto com cobiça internacional, baixo nível de desenvolvimento, vazio demográfico, ausência de apoio logístico fora de Manaus, enorme amplitude de controle necessária às dimensões continentais das aquavias, e as constantes tensões provocadas pelo narcoterrorismo nas proximidades de nossas fronteiras NW tornam a Amazônia Ocidental, na opinião do autor, a região do país de maior vulnerabilidade estratégica. Por isso mesmo, está ela a merecer do Estado brasileiro o melhor de suas atenções e um efetivo aumento de sua ação de presença.

MISSÃO DO CNAO

Sob a subordinação do Comando do 4º Distrito Naval e contribuindo para a consecução de sua Missão, podemos dizer que a atuação do Comando Naval da Amazônia Ocidental (CNAO), na sua área de responsabilidade, realiza-se em três vertentes principais: O preparo e a execução das **operações ribeirinhas**, ou seja, a sua atividade-fim; a **segurança da navegação**; e os **serviços de apoio** para garantia de execução daquelas duas outras ações básicas.

Por operações ribeirinhas entendemos as ações realizadas nas calhas navegáveis com a finalidade de manter um eficaz controle de nossas hidrovias e daquelas áreas terrestres de suas margens, absolutamente necessárias à segurança da singradura de nossos navios em ação. Em exercícios de adestramento, planejados e executados anualmente, com todo rigor doutrinário, nossos meios navais, anfíbios e aéreos (helicópteros embarcados nos quatro navios que possuem conveses de voo) testam procedimentos operativos espe-

cíficos para o ambiente da bacia hidrográfica amazônica, desenvolvidos e reciclados, permanentemente, a partir de uma doutrina de emprego genuinamente brasileira, desenvolvida no âmbito do 4º Distrito Naval.

Basicamente, o esforço principal dessas operações cabem, na área do CNAO, aos seus três componentes operacionais, vale dizer, à **Flotilha do Amazonas**, ao **Grupamento**

de Fuzileiros Navais de Manaus e ao **3º Esquadrão de Helicópteros**, que operam de forma integrada e harmônica. De forma complementar e muito útil, atuam nas Operações Ribeirinhas, também as lanchas e as Agências Flutuantes da nossa Capitania e de suas duas Delegacias e seis Agências, na Amazônia Ocidental. Destaca-se aqui o sucesso do emprego das Lanchas de Ação Rápida – LAR – na consecução dos procedimentos operativos de caráter doutrinário, em razão de sua velocidade, raio de ação e capacidade de transporte de grupos armados de FN. Estas Lanchas, construídas em Manaus, foram recentemente incorporadas e a FlotAM já pos-

A Amazônia Ocidental continua sendo a menos conhecida e a mais vulnerável região do Brasil. Articula-se, geograficamente, mais com os países da fronteira e com o próprio Caribe do que com o resto do país

sui duas por cada NaPaFlu. Nas operações de maior envergadura, como são as RIBEIREX e as ADERIB, sob orientação do Comando do 4º DN, a Força-Tarefa Ribeirinha incorpora também navios sediados em Belém.

Durante todas as operações são realizadas tarefas humanitárias que chamamos de ACISO—Ação Cívico Social, onde, principalmente, são realizadas assistência médica e odontológica às populações ribeirinhas carentes—em caráter cíclico e planejado. Registre-se o excelente trabalho humanitário realizado pelos Navios de Assistência Hospitalar (NAsH) *Oswaldo Cruz* e *Carlos Chagas*. Assinale-se a recente incorporação do NAsH

Doutor Montenegro, em cerimônia presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) em Manaus, no dia 19 de maio de 1999. Cedido pelo Governo do Acre à Marinha mediante convênio, este navio, através da FlotAM, prestará assistência médico-hospitalar, precipuamente, às populações ribeirinhas no alto Rio Juruá. A esse ponto cabe sublinhar que estes navios são conhecidos na região

como “navios da esperança”. Mais do que um mero assistencialismo, nossos NAsH preenchem, de forma planejada, periódica e competente, um grande vácuo da presença do Estado na expressão psicossocial do Poder Nacional. Recorde-se que os navios, por sua inerente capacidade de permanecer por longos períodos de tempo no mar (aqui estamos falando de um verdadeiro *Mar Doce*, ímpar no mundo) e em razão de suas características de mobilidade, flexibilidade e versatilidade são os meios por excelência para a tarefa de mostrar a bandeira, ou seja, de ação de presença e de afirmar soberania. No caso da imensidão amazônica brasileira, do vasto espaço geopo-

lítico vazio, num ambiente somente habitável e percorível através da massa líquida, é e serão os navios, complementados pelos seus vetores aéreos e de fuzileiros navais, estes sempre com o “cordão umbilical” a bordo, o meio por excelência adequado para afirmar soberania e brasilidade na área geográfica hoje mais cobiçada do mundo.

A outra vertente da atuação do CNAO é realizada pela Capitania Fluvial e sua extensa malha de Delegacias e Agências (Porto Velho, Tabatinga, Tefé, Boca do Acre, Eirunepé, Guajará-Mirim, Itacoatiara e Parintins). Além das ações de Inspeção Naval, nos portos e em pontos focais da navegação fluvial, a Capita-

nia realiza importante trabalho no setor do Ensino Profissional Marítimo (EPM), qualificando, educando e prevenindo fluvialistas; além da árdua tarefa de fiscalizar e aplicar a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, com todos os seus desdobramentos de normas e procedimentos legais decorrentes.

Como relevante atividade complementar, não podemos deixar de citar o tra-

balho em prol do estreitamento das relações de amizade com as Marinhas e as populações das fronteiras com a Colômbia e o Peru, anualmente renovado pela presença dos navios da FlotAM em Leticia (sede do Comando Unificado do Sul, da Colômbia) e Iquitos (sede dos Comandos da FFAA peruanas em sua região amazônica). Anualmente, também, no 7 de Setembro, delegações das Marinhas da Colômbia e do Peru participam das comemorações de nossa data nacional.

OS MEIOS

Podemos considerar que a presença da Marinha na Amazônia iniciou-se em 1728,

Os navios, complementados pelos seus vetores aéreos e de fuzileiros navais, são o meio por excelência adequado para afirmar soberania e brasilidade na área geográfica, hoje, mais cobiçada do mundo

com a criação da Divisão Naval do Norte, sediada em Belém do Grão-Pará, de onde exercia o controle de acesso de navios ao Rio Amazonas.

Vimos anteriormente como foi instituída em 1868 a Flotilha do Amazonas (FlotAM), em substituição à Divisão Naval do Norte, em consequência da abertura da navegação no Rio Amazonas às nações amigas em 1867, com o propósito de prover a proteção do litoral, como também das hidrovias, e, sobretudo através da *Ação de Presença*, assegurar a soberania brasileira na monumental bacia amazônica.

Com períodos alternados de localização entre Manaus e Belém, ficou a Flotilha sediada, definitivamente, em Manaus, a partir de 1974, enquanto em Belém foi ins-

tituído o Grupamento Naval do Norte. Embora os atuais meios flutuantes da Flotilha do Amazonas (Manaus), constituídos por navios especificamente projetados para operarem no ambiente fluvial e aqueles do Grupamento Naval do Norte (Belém) – próprios para operações oceânicas –, se complementem para a execução de nossas Operações Ribeirinhas, podemos dizer que os primeiros possuem uma vocação geoestratégica em direção à fronteira norte-ocidental, enquanto aqueles sediados em Belém são atraídos pela foz e pelo mar (águas azuis).

Em 1968 foi criado o Comando Naval de Manaus, sendo desativado em 1975. Seu sucessor, o atual Comando Naval da Amazônia Ocidental (CNAO), foi ativado em 11 de

junho de 1994, para exercer comando de área de todas as unidades da Marinha situadas na Amazônia Ocidental, representadas por 22 Organizações Militares (sendo 8 navios) espalhadas por toda a região.

Vetores operativos:

- **FlotAM** (Superfície)
5 navios-patrolha fluvial
- **GptFNMa** (Terrestre)
2 companhias de fuzileiros navais
- **H U - 3** (Aéreo)
6 helicópteros *Esquilo* (UH-12) do Esquadrão *Tucano*

A figura ao lado dá uma visão esque-

mática, em grandes linhas, da MISSÃO DO CNAO.

CONCLUSÃO

No momento em que estamos encerrando este trabalho, o navio *Amazon Guardian*, preciosidade do Greenpeace, sob o resguardo das mais “nobres” intenções, singra as águas do grande rio brasileiro, desde maio próximo passado, quando aqui chegou procedente do porto de Hamburgo, Alemanha.

Pelo fato de considerarmos aquela ONG uma campeã na intromissão em assuntos que dizem respeito à soberania das nações, e, sobretudo, pelo mencionado barco ostentar um nome que sugere a guarda de nosso próprio território, escolhemos o registro de

**Se não preenchermos com
brasilidade o imenso espaço vazio
da nossa Amazônia, é provável
que tenhamos que reescrever a
saga dos nossos antepassados**

sua presença como fato simbólico síntese de nossa conclusão. Vale dizer, se não preenchermos com brasilidade o imenso espaço vazio da nossa Amazônia, máxime o vazio da Amazônia Ocidental, cada vez mais e mais, é

provável que tenhamos que reescrever a saga dos nossos antepassados.

Não temos a menor sombra de dúvida que somente através do Mar Doce será possível viabilizar aquela missão.

BIBLIOGRAFIA

1. BARBOSA, Gustavo. O Sonho Amazônico. *Revista PETROBRAS*. Rio de Janeiro. Ano VII, Nº 69, abril/2000.
2. CAMARGOS, Daniella. Assim tudo bem. *Revista VEJA*. São Paulo. 14 de junho de 2000, pág. 66.
3. GARNER, Lydia M. – *A Amazônia e a Evolução da Jurisprudência de Soberania Nacional: Da Lei das Gentes e das Nações à Lei Internacional*. Southwest Texas State University – III Meeting on Strategies Studies – 1996.
4. MATTOS, Meira – *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro. José Olympio, INL- MEC, 1980.
5. OBINO, José Luiz Feio. A Amazônia e a Marinha, suas necessidades de meios para o terceiro milênio – Uma Reflexão. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, V. 118, ABR/JUN – 1998.
6. SOUZA, João Mendonça de. *A Amazônia, O Neoliberalismo e a Globalização, da Conquista e Posse ao Monopólio do Capital Financeiro*. Rio de Janeiro. Vozes, 1998.
7. VIANA, Helio. *História do Brasil* (Vol. I). São Paulo. Melhoramentos, 1962.
8. VIDAL, J. W. Bautista. *A Reconquista do Brasil*. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo, 1997.
9. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Uma Estratégia naval para o Terceiro Milênio. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, V. 117, JUL/SET – 1996.

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<ÁREA> / Amazônia /; Estratégia; Missão do CNAO;

A consciência nos adverte
como um amigo, antes de nos
punir como um juiz.

Stanislaus